



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0000276-31.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **Leniro da Fonseca**  
 Requerido: **Banco Santander Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alega que mantinha conta junto ao réu, a qual foi encerrada em 1998.

Alegou ainda que não obstante, e sem qualquer justificativa, o réu em abril de 2011 começou a lançar taxas nessa conta, gerando-lhe saldo negativo, e ainda o inscreveu perante órgãos de proteção ao crédito em função dessa dívida.

Como se não bastasse, ele também bloqueou seu cartão de crédito.

Almeja à declaração da inexistência do débito apontado e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A preliminar de falta de interesse de agir por parte do autor relativamente ao pedido declaratório não merece acolhimento.

Muito embora o réu tenha asseverado que por liberalidade cancelou a dívida em apreço, não se sabe se à míngua de manifestação derivada do processo manterá tal posição.

O pronunciamento sobre o tema é, portanto, razoável, afigurando-se o feito como alternativa útil para tanto.

Presente o interesse de agir, rejeito a prejudicial arguida.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

No mérito, mesmo o autor não tendo apresentado prova específica do encerramento da conta que mantinha com o réu, os documentos de fls. 19/21 demonstram que ela ostentava saldo zerado até abril/2011 (registro que o autor salientou que essa situação vinha desde 1998, quando se separou de sua mulher).

Todavia, é certo que a partir de maio/2011 o réu começou a lançar valores nessa mesma conta a título de “*tarifa mensalidade pacote serviços*”, IOF e juros, o que rendeu ensejo a um débito de R\$ 4.644,71 (fls. 22/41).

O réu não esclareceu em contestação por qual motivo assim agiu e mesmo depois de instado a fazê-lo (fl. 106, item 2) se limitou a informar que tal se deu “*a partir do momento que o autor efetuou crédito em conta corrente*” (fl. 130).

Nada foi amealhado, todavia, para respaldar esse argumento, não se positivando concretamente algum crédito levado a cabo pelo autor ou eventual transação pelo mesmo firmada que viabilizasse o lançamento dos aludidos encargos.

Em suma, inexistente dado objetivo a conferir verossimilhança à explicação do réu ou a legitimar sua conduta.

A conclusão que daí decorre é a de que a negação do autor foi indevida, ausente lastro a ampará-la, o que por si só gera danos morais passíveis de ressarcimento, na esteira de pacífica jurisprudência:

*“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento”* (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

*“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica”* (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Na hipótese vertente, acresce mencionar que houve o bloqueio do cartão de crédito do autor, o que está suficientemente comprovado a fls. 111/128, não tendo o réu esclarecido minimamente essa questão.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

O autor em consequência faz jus ao recebimento da indenização pleiteada, mas o seu valor não haverá de ser o postulado porque se afigura excessivo, sendo de rigor que se atente aos critérios usualmente utilizados em situações afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em seis mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência do débito apontado na petição inicial e para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a r. decisão de fl. 45.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**